

O PÚBLICO CONTRA A AUSTERIDADE

POR QUE AS RESTRIÇÕES SALARIAIS DO SETOR PÚBLICO DEVEM TERMINAR

SUMÁRIO





Given they are so under-staffed and over-worked it's incredible that frontline nurses like Mary in the Upper West State of northern Ghana can keep smiling.

PHOTO: ACTIONAID

APRESENTAÇÃO*



o mundo enfrenta uma série de crises interligadas e responder a elas exigirá uma interrupção completa dos negócios. À luz da Covid-19, da crescente crise da dívida, da crescente desigualdade, da injustiça de gênero e da crise climática, há uma necessidade urgente de revisitar o papel redistributivo fundamental dos Estados e reimaginar o setor público.

Nos últimos quarenta anos, as políticas de austeridade levaram a cortes na força de trabalho do setor público que prejudicaram a capacidade dos governos de fornecer serviços públicos de qualidade. A política de austeridade que mais impacta os serviços públicos é a imposição de restrições salariais do setor público, com duas consequências:

1. Bloqueia a contratação de novos professores, enfermeiros e outros trabalhadores essenciais;
2. Restringe a baixos salários os trabalhadores da saúde, educação, dentre outras atividades.

O neoliberalismo foi superestimado por quarenta anos e asfixiou o próprio crescimento e desenvolvimento que deveria valorizar.¹ Chegou a hora de uma revisão fundamental, de uma mudança no sistema com foco na justiça fiscal.

*Este é o resumo de um relatório de 50 páginas com conteúdos e análises muito mais detalhadas - publicado em 12 de outubro de 2021 e disponível [AQUI](#).

Com base no trabalho dos últimos 15 anos, no ano passado, realizamos pesquisas intensivas em três continentes, revisamos 69 documentos do FMI de 15 países, discutimos com economistas do FMI e realizamos uma revisão das folhas salariais no setor público. Nossa pesquisa revelou que:

- Apesar do FMI afirmar que a contenção salarial é sempre apenas temporária, todos os 15 países estudados receberam uma **orientação para cortar e/ou congelar a folha salarial do setor público** durante três anos ou mais, e oito deles durante até seis anos.
- Apenas nesses 15 países, **os cortes recomendados pelo FMI somam quase US\$ 10 bilhões** - o equivalente ao corte de mais de 3 milhões de trabalhadores da linha de frente do setor público.
- Apenas nesses 15 países, um **aumento de um ponto percentual no PIB gasto na folha salarial do setor público permitiria a contratação de 8 milhões de enfermeiros, professores e outros trabalhadores.**
- **Não há lógica ou evidência que justifique quando os cortes são necessários, ou quanto é suficiente.** O Zimbábue, com uma folha salarial de 17,1% do PIB, foi aconselhado a cortar, mas também a Libéria, que gasta 10,1%, Gana 8,7%, Senegal 6,5%, Brasil 4,6%, Nepal 3,7%, Uganda 3,5% e até a Nigéria, que gasta apenas 1,9% do seu PIB com trabalhadores no setor público.
- O último conselho a médio prazo do FMI é que **todos os países fiquem abaixo da média global** das despesas salariais do setor público em porcentagem do PIB, contribuindo para uma espiral descendente a longo prazo.
- Apesar das alegações de que os cortes salariais no setor público deveriam ser **acompanhados de medidas para expandir as receitas fiscais**, a maioria dos países registou índices de impostos em diminuição, estagnação e/ou inadequação em relação ao PIB. Mesmo os poucos países que aumentaram as receitas fiscais foram aconselhados a reduzir as despesas com a folha salarial do setor público.
- As restrições salariais do setor público **prejudicam os progressos na saúde, educação, gênero** e outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- **Não houve uma avaliação séria ou sistemática ex-ante ou ex-post da escassez de trabalhadores-chave** na saúde e na educação para informar sobre cortes ou congelamentos, nem qualquer tentativa de projetar o impacto das restrições salariais.
- Os cortes nas contas salariais do setor público foram muitas vezes justificados como essenciais para liberar fundos para investimentos de capital, dando a absurda impressão de que os gastos com a força de trabalho do setor público não são uma parte valiosa dos gastos sociais.
- Na prática, o **fundamentalismo das infraestruturas desvia os gastos da saúde e da educação.**
- **O impacto é sentido de forma triplicada e mais aguda pelas mulheres e meninas**, pois é mais provável que sejam excluídas do acesso aos serviços básicos, que percam oportunidades de trabalho decente no setor público e que suportem uma parte desproporcional do cuidado não remunerado e do trabalho doméstico que aumenta quando os serviços públicos falham.
- Os documentos do FMI utilizavam rotineiramente **dados duvidosos e comparações inadequadas entre países** para justificar a redução dos gastos salariais no setor público.
- **O segredo nas discussões do FMI com os ministérios das finanças é agora uma arma fundamental** na luta para preservar uma ideologia fracassada.

Estas descobertas revelam uma **mentalidade profundamente enraizada** que é irracionalmente anti-setor público. A implementação destes cortes nas despesas salariais do setor público é simultaneamente **despropositada e sem rumo**. Isso cria um preconceito contra o setor público e se conecta com políticas anti-laborais mais amplas e a quebra sindical. Estas medidas **prejudicam o cumprimento dos direitos humanos e a realização dos ODS, e bloqueiam a ação climática.**

Mas os movimentos para resistir à austeridade estão ficando mais fortes. Uma reformulação radical do setor público e de sua força de trabalho é fundamental para a resposta às múltiplas crises do Covid-19, do clima e das desigualdades. É hora de reconhecer e agir sobre ciclos positivos de investimento em serviços públicos, de construir economias e sociedades que cuidem tanto das pessoas quanto do planeta. É tempo de **o FMI e os ministérios das finanças negarem a austeridade e darem prioridade ao setor público.**

1. INTRODUÇÃO

'Austeridade', 'ajuste estrutural', 'disciplina econômica', 'quadros fiscais de médio prazo', 'contenção financeira' e 'consolidação fiscal'. Nos últimos cinquenta anos, a linguagem pode ter mudado, mas o significado não mudou: cortes no setor público. Seja imposta do exterior pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), seja de dentro dos ministérios das finanças que internalizaram a mesma ideologia neoliberal,² a política de austeridade que mais impactam nos serviços públicos é a imposição de restrições salariais do setor público. Esta política está envolta em diversas justificativas, mas há duas consequências claras: bloqueios da contratação de novos professores, enfermeiros e outros profissionais, mesmo nos casos em que há graves carências; e limitações aos atuais baixos salários da maioria dos trabalhadores do setor da saúde, educação e outros trabalhadores do setor público que prejudicam a contratação e a retenção do pessoal qualificado e especializado necessário para fornecer serviços públicos de qualidade.

Há mais de 15 anos, a ActionAid documentou o impacto dos limites máximos da folha salarial do setor público impostos pelo FMI como uma condição explícita dos empréstimos nos países de baixa renda, mostrando como eles bloquearam o progresso na educação³ e nas respostas ao HIV/AIDS.⁴ Após três anos de investigação consistente, advocacy e pressão coletiva juntamente com outros, o FMI recuou em 2007 e removeu os limites à folha salarial do setor público como condição para a concessão de empréstimos em todo o mundo.⁵ O Conselho de Administração do FMI disse que *"se congratulava com a diminuição da incidência desses limites máximos nos programas apoiados pelo Fundo"* e *esperava dispensá-los totalmente*.⁶

A nossa investigação em abril de 2020,⁷ mostrou que o FMI tinha recuado. Ofereceu aconselhamento político coercitivo aos governos para cortar ou congelar as contas salariais do setor público em 78% dos países onde havia dados disponíveis - e isto subiu para 90% quando revisitamos os dados em outubro de 2020, olhando para o impacto inicial do Covid.⁸ O recente Alerta Global de Austeridade sugere que 154 países enfrentaram austeridade em 2021, tendo esta subido para 159 países em 2022.⁹ Os cortes salariais no setor público são assinalados como a medida de austeridade que provavelmente irá gerar os resultados sociais mais negativos.

Alguns ministros das finanças em países de baixa e média renda precisam pouco da persuasão do FMI - eles internalizaram a ideologia neoliberal e já acreditam que não há alternativa. Outros lutam para obter apoio para buscar alternativas, ou aceitam que isso não é possível, dadas as limitações da atual ordem internacional. Muitos partilham a opinião de que o Estado deve ser *"mobilizado para servir os mercados através de instituições, normas e leis que protejam e facilitem as necessidades do setor privado, em detrimento do setor público"*.¹⁰ Com demasiada frequência há uma convergência de mentalidades, levando a uma austeridade mais rigorosa e extrema do que a que temos visto durante uma geração. Isto pode ser particularmente tóxico pós-Covid, e ter um impacto devastador na nossa capacidade coletiva de enfrentar múltiplas crises.

Os efeitos são claros. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima uma carência global de 5,9 milhões de enfermeiros,¹¹ com quase 90% dos que se encontram em países de baixa e média renda. Preencher estas lacunas significa abordar os baixos salários em toda a profissão de enfermagem, onde 90% são mulheres.¹² Entretanto, a UNESCO estima que são necessários mais 69 milhões de professores nos próximos dez anos para atingir o objetivo de acesso universal ao ensino primário e secundário até 2030.¹³

Quando as metas fundamentais de educação e saúde não são atingidas, o impacto é sentido de forma tripla e mais aguda pelas mulheres e meninas, que são mais propensas a serem excluídas do acesso aos serviços básicos e perdem oportunidades de trabalho decente no setor público, e que suportam uma parte desproporcional dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico que aumenta quando os serviços públicos falham.¹⁴ Felizmente, após quarenta anos encolhendo e comprimindo, as pessoas estão resistindo à cultura da austeridade¹⁵ e a reimaginar o papel do setor público em prol de um futuro mais solidário, feminista, verde e justo.¹⁶

Ao longo do último ano, pesquisamos muito mais detalhadamente o que os ministérios das finanças e o FMI têm feito sobre as contas salariais do setor público, apoiando pesquisas nacionais intensivas e advocacy em dez países, analisando 69 documentos do Artigo IV do FMI¹⁷ e documentos de empréstimo dos últimos cinco anos em 15 países, analisando o FMI e uma literatura mais ampla sobre as contas salariais do setor público, discutindo questões-chave com economistas seniores do FMI e outros, e coletando depoimentos de trabalhadores da linha de frente do setor público com a ajuda da Internacional de Serviços Públicos e da Internacional da Educação.

2. O ESPAÇO FISCAL E A LENDA DO TEMPORÁRIO

2.1 ESTAS MEDIDAS SÃO TEMPORÁRIAS?

Nas nossas entrevistas com o FMI, a principal razão dada para a contenção salarial no setor público foi a necessidade de “consolidação fiscal”. Foi-nos dito de forma consistente que estas medidas eram sempre temporárias. Infelizmente, as nossas conclusões sugerem que a contenção da folha salarial do setor público é frequentemente tudo menos temporária (ver Quadro 1).

Nossa revisão do Artigo IV e dos documentos de empréstimo (2016-21) constatou que todos os 15 países **receberam uma orientação para cortar e/ou congelar a folha salarial do setor público por três anos ou mais, e oito deles por um período de cinco ou seis anos.**¹⁸ Se a última orientação orçamentária do FMI for cumprida, isso constituirá um corte na folha salarial durante um período de 5-11 anos para 12 dos 13 países onde a análise foi possível.¹⁹ Algumas destas mudanças em pontos percentuais podem parecer menores, mas têm efeitos muito reais e prejudiciais. Apenas nestes 15 países, os cortes recomendados pelo FMI somam quase 10 bilhões de dólares, o que equivale a um corte:

- 583.356 professores e
- 387.614 enfermeiros e
- 2.082.004 outros trabalhadores do setor público.

Isto é um total de mais de 3 milhões de trabalhadores do setor público efetivamente perdidos em apenas 15 países, porque o FMI estabeleceu uma meta para limitar a folha salarial do setor público. Este aconselhamento coercitivo tem um impacto muito real na vida das pessoas, afetando a capacidade dos países para fornecer serviços públicos básicos e cumprir as metas de desenvolvimento.

2.2 QUAL PERCENTUAL DO PIB DEVE SER GASTO NA FOLHA SALARIAL DO SETOR PÚBLICO?

Pode-se supor que estes 15 países tenham gastos extraordinariamente elevados com a folha salarial do setor público. Na verdade, apenas dois deles gastam acima da média global com a sua folha salarial do setor público. O conselho mais recente do FMI envolve todos os países sendo conduzidos abaixo da média global.

2.3 FORAM TOMADAS MEDIDAS PARA AUMENTAR O ESPAÇO FISCAL?

Para testar ainda mais o argumento do FMI de que as restrições salariais do setor público são sempre temporárias, examinamos se existiam provas de que os países estavam sendo apoiados para expandir o seu espaço fiscal. As medidas fiscais podem ser críticas para evitar uma espiral descendente. O FMI sugeriu que a maioria dos países poderia expandir os seus indicadores fiscais em relação ao PIB em 5% até o final da década.²⁰ No entanto, em cinco dos 14 países analisados, os²¹ indicadores dos impostos sobre o PIB diminuíram durante 2016-2018,²² e em apenas cinco subiram modestamente.²³

O FMI recomenda ainda que os países com baixos níveis de impostos sobre o PIB visem um patamar mínimo de 15% de impostos sobre o PIB. Isto baseia-se na evidência de que desencadeia uma trajetória de crescimento mais elevada e que os baixos indicadores de impostos resultam em níveis inadequadamente baixos de gasto social.²⁴ Em 2018, oito dos 14 países que analisamos situavam-se abaixo deste patamar²⁵ e outros dois (Quênia e Senegal) estavam ligeiramente acima dele. Em outras palavras, apesar de estar abaixo do indicador fiscal mínimo recomendado pelo próprio FMI, a maioria tem sofrido uma diminuição, estagnação e/ou níveis inadequados de impostos em relação ao PIB, ao mesmo tempo que é dada uma orientação clara e consistente para cortar ou congelar os gastos com os salários do setor público.

2.4 OS PAÍSES COM RECEITAS EM EXPANSÃO FORAM AUTORIZADOS A GASTAR COM A FOLHA SALARIAL?

Outra forma de analisar estes dados é explorar se as despesas salariais do setor público foram autorizadas a aumentar em países que estão ativamente fazendo progressos na expansão do espaço fiscal. Quatro dos 14 países que analisamos tinham taxas de impostos sobre o PIB acima do limite mínimo de 15% em 2018 e, registraram aumentos significativos de impostos sobre o PIB no período de 2016-18. Ainda²⁶ assim, nos documentos que analisamos, foi recomendado que cortassem e/ou congelassem as suas despesas salariais do setor público por um período de três a cinco anos entre 2016 e 2021.

Quadro 1. Aconselhamento do FMI sobre as contas salariais do setor público para países selecionados (2016-21) e implicações para o número de trabalhadores do setor público perdidos devido aos cortes

	Anos aconselhados a CONGELAR ou CORTAR FSSP* como % do PIB	Impacto do cumprimento da última meta de médio prazo do FSSP* (pontos percentuais) [Período do Ano Fiscal]	Meta da folha salarial do setor público (FSSP) em % do PIB (%)	Perdas (em US\$ milhões) nos gastos da força de trabalho do setor público	Número de professores perdidos (20% das perdas) de acordo com os índices da UNESCO	Número de enfermeiras perdidas (15% das perdas) de acordo com a Declaração de Abuja	Número de outros trabalhadores do setor público perdidos (saldo de 65%)
Bangladesh	3	Corte 0,2% [AF16-25]	2.1	605.1	33,821	19,895	115,389
Nigéria	6	Corte 0,4 [AF15-25]	2.2	1792.5	329,431	137,148	1,315,933
Nepal	3	Corte 1,1 [AF15-24]	2.9	376	18,066	37,388	34,877
Uganda	4	Corte 0,1 [AF16-25]	3.6	35.2	746	3,803	0
Quênia	6	Corte 1,4 [AF14-24]	3.8	1337	51,230	45,101	159,820
Zimbábue	5	Corte 11,1 [AF15-23]	4.9	1879.5	49,289	40,649	156,511
Tanzânia	3	Corte 0,5 [AF15-20]	5.3	305.7	12,222	7,283	41,614
Senegal	5	Não está claro	6				
Serra Leoa	6	Corte 1,4 [AF15-26]	6	57.7	1,664	1,746	4,912
Ghana	3	Corte 1,8 [AF16-24]	6.9	1210.2	41,519	34,158	131,919
Malawi	4	Aumento 1,2 [AF16-23]	7.5				
Zâmbia	3	Corte 1,0 [AF16-24]	7.7	279.7	12,060	15,356	32,882
Libéria	6	Corte 5,0 [AF15-25]	7.8	153.5	5,756	5,727	17,299
Vietnã	6	Não está claro	8.9				
Brasil	5	Corte 0,1 [AF16-25]	4.0	1877.8	27,552	39,360	70,848
				9,909.9	583,356	387,614	2,082,004

Fonte - análise de dados de documentos do FMI por Emma Seery, tabela mais completa com detalhes disponíveis [AQUI](#). Equivalentes em US\$ e trabalhadores do setor público por Howard Reed (tabela mais completa [AQUI](#))

Seja qual for a forma como você olhe para os dados, a narrativa do FMI não faz sentido. Esses cortes e congelamentos da força de trabalho do setor público não se baseiam na falta de espaço fiscal se os países com receitas em expansão ainda estiverem sendo forçados a fazer cortes.²⁷ Estas medidas não são temporárias, pois são a recomendação padrão ano após ano. Os países que ficam muito abaixo das médias globais ou regionais de gastos com os salários do setor público ainda estão sendo forçados a fazer mais cortes. E para os países que são aconselhados a cortar, não há evidências de que ações estejam sendo tomadas para expandir as receitas tributárias ou tomar outras medidas para expandir o espaço fiscal, mesmo onde isso é claramente possível.²⁸ Não há uma lógica, fundamento ou evidência clara que justifiquem o uso rotineiro das restrições salariais do setor público... Então, por que ainda estão tão difundidas?

3. DADOS DUVIDOSOS E COMPARAÇÕES INJUSTAS

3.1 COMPARAÇÕES DE PAÍSES

O FMI não tem uma análise de um nível aceitável de gastos com a força de trabalho do setor público como porcentagem do PIB - ou mesmo uma gama adaptada a diferentes contextos nacionais ou regionais - para lhes permitir recomendar reduções. O Zimbábue com uma folha salarial de 17,1% do PIB, foi aconselhado a reduzir, assim como a Libéria com 10,1%, Zâmbia com 9,1%, Gana com 8,7%, Malawi com 7,7%, Senegal com 6,5%, Tanzânia com 5,4%, Brasil com 4,6%, Quênia com 4,4%, Nepal com 3,7%, Uganda com 3,5% e até mesmo a Nigéria gastando

apenas 1,9% do seu PIB com trabalhadores do setor público. Estas variações são enormes e, ainda assim, o conselho é que continue a baixar.

Em nossa análise dos documentos do FMI, encontramos poucos exemplos de países que receberam uma comparação com as médias regionais ou globais para gastos com salários. Em vez disso, encontramos vários casos de comparações de países razoavelmente aleatórias, o que sempre teve o efeito de fazer com que o país em foco tivesse dados discrepantes. O²⁹ exemplo mais chocante disto é o documento do Artigo IV de 2020 para o Vietnã (publicado em 2021), que compara a folha salarial do Vietnã em porcentagem do PIB a *“Países em Desenvolvimento de Baixa Renda”*, mostrando que o Vietnã está bem acima da média, em torno do 90º percentil da variação. Mas o Vietnã é um país de renda média, então esta comparação é irrelevante... E altamente imprecisa.

3.2 O PRÊMIO SALARIAL DO SETOR PÚBLICO

Os documentos de política do FMI sugerem consistentemente que é um problema quando os salários do setor público são mais elevados do que os do setor privado. Diz-se que o chamado “prêmio salarial do setor público” “distorce” o mercado de trabalho, e os relatórios do Artigo IV aconselham regularmente os países a fazerem comparações entre os salários do setor público e do setor privado. O efeito disso muitas vezes é justificar cortes salariais efetivos - ou aumentos salariais abaixo da inflação - para os trabalhadores do setor público. A lógica desta abordagem parece não ser questionada pelo FMI ou pela maioria dos ministérios das finanças e, no entanto, está repleta de dificuldades. Quais são as equivalências utilizadas e como fazer as comparações eficazes? Como se considera a formação, o desenvolvimento profissional, as horas e condições de trabalho, os tipos de contrato, as vantagens, os bônus e os benefícios?

Uma dimensão interessante disto é que o prêmio salarial público é frequentemente mais elevado para as mulheres e para os empregos de baixa qualificação do que para os homens e os empregos de alta qualificação. Isto reflete que as mulheres têm mais probabilidade de garantir trabalho decente e remuneração no setor público, e que o setor privado parece explorar as mulheres e os trabalhadores pouco qualificados. As disparidades salariais entre homens e mulheres são dez pontos percentuais mais baixas no setor público do que no setor privado formal.³⁰ O efeito de fazer estas comparações é, portanto, inevitavelmente sentido de forma mais aguda pelas mulheres que trabalham em cargos de linha de frente no setor público, que provavelmente serão as primeiras a sofrer cortes salariais.

O uso do termo emotivo “distorcido” merece uma análise mais aprofundada. Sugere-se rotineiramente que a remuneração no setor privado é “distorcida” por salários moderadamente mais elevados no setor público. No entanto, é dada pouca atenção ao valor do trabalho realizado, ou aos benefícios relativos de uma estratégia de crescimento de competências/salários baixos ou elevados para os países em desenvolvimento, ou se são necessários salários mais elevados para a contratação e retenção de trabalhadores escassos e qualificados. Uma remuneração mais elevada no setor público pode efetivamente servir para aumentar positivamente o salário-mínimo e as condições dos trabalhadores do setor privado, o que poderia ser enquadrado como um “efeito de farol”. Infelizmente, a percepção oposta predomina nos conselhos do Artigo IV, criando pressão para reduzir os salários do setor público.

3.3 DADOS AUSENTES: QUANTOS TRABALHADORES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SÃO NECESSÁRIOS?

Cortes ou congelamentos na folha salarial do setor público terão impacto na remuneração da mão-de-obra existente, e talvez ainda mais dramaticamente nas perspectivas de um país contratar novos trabalhadores do setor público. Muitos países têm uma escassez desesperada de trabalhadores, incluindo na saúde e educação, especialmente à luz do aumento das necessidades para enfrentar a pandemia de Covid-19. Nas nossas discussões, o FMI enfatizou consistentemente a sua “análise granular” de cada serviço público antes de fazer quaisquer recomendações, mas esta análise nacional nunca é publicada, tornando difícil saber que dados são usados para informar as suas decisões. Esta falta de transparência torna difícil para a sociedade civil desafiar as decisões e obrigar o governo a prestar contas.

O FMI não parece procurar o conselho de instituições especializadas como a OMS, UNESCO ou ONU Mulheres quando se trata de determinar a escassez de profissionais da saúde ou da educação, os impactos de gênero ou mesmo qualquer outra coisa, e não há referências a eles em documentos publicados.³¹ Em geral, parece haver pouco esforço sistemático para determinar que carências podem existir, apesar das restrições salariais terem um impacto dramático nos esforços para resolvê-las.



Rajkumari Chaudhary is a 23-year police constable in Doti district of Nepal. Women police can play a transformative role but changing the traditional profile of public servants working in different services is a challenge when new recruitments are frozen.
PHOTO: ACTIONAID

4. IMPACTOS PRETENDIDOS E NÃO PRETENDIDOS

4.1 CRIANDO ESPAÇO FISCAL PARA “DESENVOLVIMENTO”?

Uma mensagem comum entre os documentos analisados é a necessidade de reduzir as despesas recorrentes com a folha salarial do setor público para liberar fundos para investir em despesas de capital em serviços públicos. Na essência, isto reflete um mantra bizarro e circular: os países devem cortar seus gastos com serviços públicos para aumentar seus gastos com serviços públicos!

Isto é evidentemente ilógico. O investimento na folha salarial do setor público é despesa social e, em muitos casos, é a despesa mais importante em setores prioritários para o desenvolvimento - mesmo nos termos do próprio FMI. A sugestão de que é preciso cortar nos gastos com professores para melhorar os gastos com a educação não faz sentido. As evidências mostram que nada é mais importante para uma aprendizagem de qualidade do que um professor de qualidade, e os salários dos professores muitas vezes representam 90% do orçamento da educação. Os professores são o núcleo das despesas sociais necessárias à educação.

4.2 AVANÇANDO NO FUNDAMENTALISMO DE INFRAESTRUTURA

A lógica do FMI e de muitos ministérios das finanças coloca as coisas sobre as pessoas - um investimento único sobre os custos recorrentes. Isto reflete a crença de que o desenvolvimento real está construindo coisas. O investimento de capital é um gasto social. Este profundo apego à infraestrutura física sobre as pessoas é o fundamentalismo que ajuda a impulsionar a infundável compressão das contas salariais do setor público. E isto é profundamente sexista, já que as mulheres são a maioria dos trabalhadores dos setores sociais dos serviços públicos, mas os homens são esmagadoramente dominantes na construção.

Em poucos casos as referências à infraestrutura incluem leitos hospitalares ou edifícios escolares, ou mesmo qualquer gasto significativo de capital em saúde ou educação. Juntamente com as restrições salariais, o resultado é um duplo golpe para a saúde e a educação: menos dinheiro para o pessoal e pouco para aumentar os gastos de capital.

Felizmente, há sinais de uma alternativa, por exemplo no Senegal, onde o governo definiu “investimento público” para incluir as despesas com salários e vencimentos do pessoal da linha de frente na educação e saúde, tratando-os como parte da infraestrutura central do país a ser protegida, mesmo em recessões.

4.3 ABRINDO AS PORTAS PARA O SETOR PRIVADO E COBRANDO TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Enquanto pressiona o setor público, o FMI (juntamente com o Banco Mundial) continua convencido de que a África, em particular, *“precisa mobilizar mais financiamento do e para o setor privado”*.³² Apesar de algumas partes do FMI levantarem preocupações sobre a privatização, o aconselhamento em nível nacional parece amplamente consistente: o setor público é o problema e um maior envolvimento do setor privado é a solução. Esta parece ser uma mentalidade profundamente enraizada no FMI, evidenciada de forma mais nítida em uma de nossas ligações com um economista sênior do FMI, que comentou: *“O setor público só deve prestar serviços onde o setor privado não pode ter lucro”*.³³

4.4 QUEBRANDO OS SINDICATOS

Tem havido um nivelamento por baixo nos direitos trabalhistas e a redução da força de trabalho está correlacionada com uma menor parcela do rendimento nacional dos trabalhadores e com o aumento da desigualdade de renda. Até o FMI concorda que *“o declínio da sindicalização nas últimas décadas tem alimentado os salários do alto escalão”*.³⁴ A contenção da folha salarial do setor público tem o efeito de permitir ao governo resistir às exigências dos trabalhadores, o que é facilitado quando estes podem culpar uma força externa - o FMI. Os sindicatos e os protestos são retratados pelo FMI como obstáculos e não como indicador do que é aceitável na aplicação dos cortes. Em vários trechos do Artigo IV, o tom das declarações sugere que a pressão sindical ou os protestos de rua foram interrupções forçadas para a aplicação de uma política “sólida”. Não é um salto muito grande sugerir então, que parte das entrelinhas nas restrições salariais do setor público é diminuir ativamente o poder do movimento sindical.

4.5 CORTANDO COM FERRAMENTAS BRUTAS

Um limite máximo generalizado ou um corte ou congelamento na folha salarial do setor público pode desencadear uma enorme variedade de ações dos governos, algumas das quais contradizem o que o FMI quer ver. É uma ferramenta bruta que pode criar todo o tipo de pressões e distorções involuntárias, conduz a comportamentos incoerentes e não deve ter lugar no planejamento ou pensamento dos ministérios das finanças ou do FMI. Na verdade, não é uma política significativa, mas ilustra uma mentalidade tendenciosa, ideológica, preconceituosa e injustificada.

Como acontece com todos os preconceitos, isto alimenta uma imagem na mentalidade das pessoas: neste caso, burocratas muito bem pagos atrás da mesa criando regulamentações desnecessárias. As vezes são necessárias reformas e melhorias, é claro,³⁵ mas há um argumento a favor da reavaliação dos nossos preconceitos contra os burocratas.³⁶ A coordenação e a administração são cruciais para o funcionamento eficiente de qualquer serviço. A preparação efetiva para catástrofes e o planejamento de emergência sanitária é difícil de justificar quando os orçamentos estão sob pressão, e muitas vezes quando as burocracias são pressionadas pela austeridade, surgem lacunas que são profundamente lamentáveis - como no Covid-19.³⁷ A resposta à crise climática exigirá um planejamento meticuloso e uma transformação dos serviços públicos, que dependerá de pessoal de retaguarda administrativa capaz e comprometida.³⁸

A capacidade de regular os mercados para garantir que sejam eficientes em vez de exploradores ou extrativos depende de uma forte e responsável capacidade governamental. A política de terceirização para o setor privado é uma receita para minar a democracia. O gestor fiscal governamental é visto talvez como a síntese do burocrata, mas a quantidade de receita fiscal arrecadada pelos governos está intimamente ligada aos seus investimentos na gestão fiscal.³⁹

4.6 MINANDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E OS DIREITOS DAS MULHERES

Os economistas seniores do FMI assinalaram-nos como, na maioria dos casos, os trabalhadores da saúde e da educação estavam especificamente isentos de quaisquer cortes. Mas, em documentos de dez dos quinze países⁴⁰ onde o FMI aconselhou cortes ou congelamentos nos salários e/ou contratação de trabalhadores do setor público, **não** encontramos **nenhum** texto que especificasse isenções ou proteção para os trabalhadores da saúde e da educação. Mesmo quando são feitas isenções, a orientação para “proteger” dos cortes pode ser interpretada como um “congelamento” nos salários ou na contratação. Na prática, as restrições à folha salarial são difíceis de cumprir quando os maiores grupos dessa folha salarial (trabalhadores do setor da saúde e da educação) estão isentos.

Para que estes “bons” trabalhadores (que constituem de um terço a metade de todos os trabalhadores do setor público) sejam “protegidos”, então os cortes terão de ser mais profundos em outros setores “menos essenciais”. Mas quem são exatamente os trabalhadores não essenciais do setor público que devem ser alvo de cortes?⁴¹ Trabalhadores municipais, estaduais ou distritais que fornecem moradia, coleta de lixo, serviços ambientais, trabalhadores de extensão agrícola, bombeiros e transporte público? Ou funcionários do governo federal que coordenam a entrega, regulam os mercados, planejam a transição para a mudança climática, financiam o sistema de justiça e criam políticas? Ou aqueles que trabalham para prevenir ou responder à violência de gênero ou que cuidam de pessoas com deficiência, idosos ou crianças em idade pré-escolar?

Atualmente, não é necessário que o FMI ou os ministérios das finanças documentem o impacto destas políticas - seja intencional ou não - ou façam uma avaliação ex-ante do impacto? Isto não seria difícil de fazer. A ação lógica seria tomar como ponto de partida as obrigações de direitos humanos ou os ODS e suas metas e indicadores associados. O impacto do congelamento da folha salarial sobre os progressos na consecução destes objetivos poderia ser projetado (ex-ante) e analisado retrospectivamente (ex-post), mas até o momento não acontece.

O FMI identificou a igualdade de gênero como uma questão macro crítica, o que significa que ela deve estar no topo da agenda. A nota do FMI sobre a Operacionalização do Gênero no Trabalho no País⁴² insta que “as equipes dos países devem também refletir sobre o impacto de outras políticas macroeconômicas no gênero. Por exemplo, cortes orçamentários nos subsídios e programas sociais, cortes na folha salarial do setor público...”. Infelizmente, não encontramos provas de qualquer análise de gênero sobre o impacto das restrições salariais do setor público e não há provas de que o FMI procure alternativas ou proponha medidas mitigadoras.

4.7 MINANDO A AÇÃO CLIMÁTICA

A nossa análise das restrições salariais do setor público também mostrou como elas têm impacto na ação climática. Em alguns casos (dependendo do método contábil ou estatístico), uma das formas mais fáceis para um país reduzir a sua folha salarial do setor público é através da privatização das empresas estatais. Muitos países em desenvolvimento mantêm uma participação significativa nas indústrias de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) e consideram a energia como um setor onde a nacionalização faz sentido. A crise climática exige que deixemos a maioria desses recursos encostados, o que significa que os governos precisam fazer algumas escolhas muito difíceis, equilibrando múltiplos interesses, nos próximos anos. É quase certo que os governos estão em melhor posição para tomar tais decisões para o interesse a longo prazo, em vez de empresas multinacionais cuja principal preocupação será sempre maximizar os lucros a curto e médio prazo.

5. UMA IDEOLOGIA DE ENCOLHIMENTO

A utilização das restrições salariais do setor público pelo FMI e pelos ministérios das finanças é grosseira e ineficaz. Não foi apresentada qualquer base devidamente fundamentada para estabelecer a porcentagem do PIB que deve ser gasta na folha salarial do setor público, mas os países são constantemente instados a reduzir - mesmo quando a sua folha salarial está muito abaixo das médias globais e regionais. As consequências pretendidas dos cortes ou congelamentos são altamente questionáveis, e as consequências não intencionais são alarmantes, atrasando os progressos em matéria de igualdade de gênero, os ODS e os direitos humanos e minando a ação sobre a crise climática. Então, por que isto ainda é uma parte tão rotineira dos acordos feitos pelos ministérios das finanças e pelo FMI as portas fechadas?

As portas fechadas são a explicação. Estes não são diálogos transparentes abertos ao público ou mesmo a apuração parlamentar. São discussões entre um quadro de pessoas privilegiadas, que muitas vezes estiveram nas mesmas universidades, têm as mesmas trajetórias de carreira e raramente experimentaram os cortes que promovem. No mundo mais amplo da economia, o pensamento está se diversificando, à medida que as pessoas reagem à série de crises financeiras que têm exposto falhas fundamentais no atual sistema global. Mas isto não se reduz ao FMI e suas equipes voltadas para o país, nem através das portas fechadas dos corredores do poder financeiro na maioria dos países.

Quer chamemos isto de culto da austeridade ou culto do neoliberalismo, ele está encolhendo. É um sistema decadente que não suporta choques (e há mais por vir). Ajudou os ricos a ficarem mais ricos (mesmo durante a

Covid-19) e tornou os pobres mais pobres, à medida que o capital engole mais e mais e o trabalho ganha cada vez menos. Os fundamentos acadêmicos e intelectuais caíram.

O sigilo é agora uma arma na luta para preservar esta ideologia falida. Todos os documentos “FMI” citados são supostamente coautoria entre o FMI e os ministérios das finanças. Poucas fontes de dados nas quais se baseiam são publicadas e a maioria das referências fornecidas são circulares – para seus próprios documentos. Se estes fossem vistos à plena luz do dia, a maioria dos governos e parlamentos e a maioria do público encontrariam motivos para contestá-los.

Mas o sigilo serve outro propósito. Ele permite aos governos culparem o FMI e o FMI culpar os governos. É uma charada confortável de negação plausível. Políticas problemáticas podem ser atribuídas à outra parte - e ninguém é o mais sábio. Estes são os sinais de uma ideologia ou culto moribundo. Mas continua a ser um culto com imenso poder, e cultos em declínio podem causar imensos danos.

Precisamos que o público do hemisfério sul e do hemisfério norte enfrente a austeridade. O público como povo - levantando-se para desafiar seus governos a resistir a esta ideologia moribunda antes que ela cause mais danos - e o setor público (em oposição ao privado), o baluarte contra a austeridade e a privatização, que sobreviveu cerca de quarenta anos de ataques. Precisamos que esses dois se unam para reimaginar e reinventar um futuro com aumentos relevantes e sustentados no investimento em serviços públicos, que por sua vez são responsáveis e confiáveis para o público através de um contrato social aprimorado.

6. SEGUINDO EM FRENTE: AGORA É A HORA

A abordagem de austeridade ortodoxa seguida pelo FMI e por muitos ministérios das finanças visa, supostamente, promover os objetivos estreitos de estabilidade e crescimento agregado. Mas, na prática, isto limita ativamente o espaço fiscal e bloqueia o investimento público nos serviços públicos e na força de trabalho do setor público, a curto e a longo prazo. As principais responsabilidades públicas em matéria de saúde, educação, proteção social e outros serviços são transferidas para as famílias (somando-se aos cuidados não remunerados desproporcionados e ao trabalho doméstico das mulheres) ou para o setor privado (para obtenção de lucros).⁴³ O neoliberalismo foi superestimado por quarenta anos e asfixiou o próprio crescimento e desenvolvimento que deveria valorizar.⁴⁴ Chegou a hora de uma revisão fundamental, de uma mudança no sistema com foco na justiça fiscal.

O mundo enfrenta uma série de crises interligadas e responder a elas exigirá uma interrupção completa dos negócios - ou pelo menos dos negócios como tem sido realizado nas últimas quatro décadas. Quarenta anos de neoliberalismo contribuíram para criar ou exacerbar as próprias crises que enfrentamos agora - Covid-19, o clima, a desigualdade e a injustiça de gênero. Agora é o momento de revisitar o papel redistributivo essencial dos Estados. Para isso deve ser fundamental uma reimaginação dos serviços públicos - públicos financiados, públicos prestados, universais e sensíveis às questões de gênero. O⁴⁵ investimento nos serviços públicos e na força de trabalho do setor público estão no centro de toda visão progressista de uma transição justa, para construir um futuro melhor.⁴⁶

Temos a oportunidade de construir sociedades e economias mais solidárias e igualitárias, economias que possam realmente cuidar tanto das pessoas quanto do planeta. Como a sociedade civil, ativistas, sindicatos e economistas feministas do hemisfério sul têm apontado há décadas, a batalha das ideias precisará ser vencida em cada país através de pessoas engajando seus governos para ir além do pensamento e da ação de nós para nós mesmos, e abrir-se a alternativas feministas, justas e verdes.

Há muito tempo que as pessoas não falavam sobre ciclos positivos de investimento em serviços públicos. Quando os governos criam um emprego no setor público, muitas vezes tira alguém da seguridade social, reduzindo a conta da previdência social. Muitas vezes é o setor público que proporciona os estágios e aprendizagens que alimentam uma conduta de trabalhadores qualificados para o setor privado. Cada trabalhador do setor público paga impostos, contribuindo efetivamente com uma porcentagem significativa para o seu salário. Cada extensão de um serviço público reduz a carga de cuidados não remunerados e trabalho doméstico que, de outra forma, recai injustamente principalmente sobre as mulheres. Uma força de trabalho mais saudável e mais instruída é mais produtiva em geral, aumentando o desenvolvimento econômico e o bem-estar. As imagens negativas, os preconceitos e os ciclos viciosos do passado precisam dar lugar ao ciclo virtuoso que é desencadeado por uma atitude positiva em relação ao investimento nos trabalhadores do setor público, fundamental para garantir serviços públicos de qualidade.⁴⁷

Para além da reconstrução dos serviços públicos existentes e da extensão do envolvimento do Estado a novas áreas como a assistência social, há necessidade de reimaginar os serviços públicos, sobretudo para os tornar mais reativos⁴⁸ e responsáveis em termos de gênero. A tradicional responsabilização ascendente dos serviços públicos - a supervisão profissional e democrática dos serviços locais pelas autoridades municipais, estaduais, distritais e federal - continua a ser importante, embora muitas vezes os cortes tenham despojado e minado os níveis intermediários cruciais nos últimos anos. Mas também precisa de haver uma ênfase renovada na responsabilização para com o público - os utilizadores dos serviços públicos. Trata-se de construir parcerias público-público eficazes - equilibrando as responsabilidades para cima e para baixo e dando igual valor aos utilizadores dos serviços públicos e à força de trabalho do setor público.

RECOMENDAÇÕES

Os governos, os ministérios das finanças e o FMI precisam ir além da sua retórica e mostrar uma verdadeira mudança na prática:

- **Parar de seguir políticas de austeridade** diante de crises financeiras, sanitárias, de desigualdades e climáticas, já que se sabe que isso prolongará a recessão econômica e prejudicará a recuperação econômica.⁴⁹
- **Reconhecer a contribuição do setor público para o crescimento e desenvolvimento econômico**, incluindo o impacto no trabalho de cuidados não remunerados e na igualdade de gênero.
- Estabelecer **metas ambiciosas para reformas fiscais progressivas, utilizando impostos progressivos**, especialmente sobre a riqueza e as empresas, para aumentar as taxas de impostos sobre o PIB em pelo menos 5% até 2030.
- **Apoiar programas mais ambiciosos de cancelamento e reescalonamento da dívida e apoiar os governos a reestruturarem suas dívidas para que** possam priorizar investimentos em serviços públicos de qualidade.
- **Estabelecer metas ambiciosas para aumentar a folha salarial do setor público ano após ano**, a fim de revigorar os serviços públicos após décadas de declínio.
- Reconhecer a **força de trabalho do setor público como parte da infraestrutura central nacional** que necessita de proteção e investimento, mesmo (ou especialmente) no auge de uma recessão.
- Reconhecer a necessidade de um **aumento significativo da mão-de-obra do setor público para responder à crise climática e apoiar uma transição justa**.
- **Envolver-se no diálogo social e na negociação coletiva com os sindicatos** para estabelecer salários justos e equitativos para o setor público.
- **Avançar para um planejamento econômico a longo prazo** que vise o bem-estar e não apenas o crescimento do PIB, e que tenha em conta, de forma significativa, os retornos de longo prazo previstos para o investimento.
- Pesquisar e implementar ativamente **políticas macroeconômicas alternativas**, com base no trabalho da UNCTAD, da⁵⁰ Organização Internacional do Trabalho, de⁵¹ macroeconomistas feministas e outros.⁵²
- Aumentar a **transparência e a responsabilização** em todas as discussões econômicas nacionais, seja com o FMI ou qualquer outro ator global. Publicar todos os dados e fontes e expandir o envolvimento parlamentar e público.

O FMI especificamente deveria:

- Realizar uma **avaliação do impacto sobre os direitos humanos e gênero** de qualquer política que tenha impacto sobre a força de trabalho do setor público.
- Realizar uma análise, por parte de **um Gabinete de Avaliação Independente**, da utilização pelo FMI das restrições salariais do setor público e do seu posicionamento mais amplo sobre o setor público.
- Revisar a recente **Revisão de Supervisão Abrangente** do FMI e assegurar que qualquer orientação do corpo técnico inclua as percepções e recomendações do presente relatório.
- Atualizar o status da nota do FMI sobre Operacionalização do Gênero no Trabalho no País para **tornar obrigatória a análise do impacto de gênero nas restrições salariais no setor público** (e outras políticas).
- Assegurar que quaisquer **mecanismos globais** (por exemplo, Direitos de Saque Especiais,⁵³ Impostos sobre o Carbono, Perdas e Danos, Acordos de Dívida) reconheçam especificamente a importância estratégica dos investimentos na força de trabalho do setor público.

O público, a sociedade civil e os movimentos sociais deveriam:

- **Estar prontos para protestar e pressionar os governos** sempre que o culto da austeridade levantar a cabeça.
- Fortalecer **movimentos de base ampla para condenar o culto à austeridade e promover alternativas**.
- Reunir o aprendizado e **construir um consenso público mais ousado sobre alternativas econômicas ao neoliberalismo**.
- **Trabalhar em conjunto para reimaginar corajosamente o setor público** como um motor de desenvolvimento sustentável dentro das fronteiras planetárias.

REFERENCES

- <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>
- A *lógica neoliberal subjacente à busca agressiva de lucros que coloca as necessidades humanas e sociais ao serviço dos benefícios de capital*. Uma definição e compreensão útil do neoliberalismo está presente: Feminist critiques, policy alternatives and calls for systemic change to an economy in crisis By Natalie Raaber and Diana Aguiar Association for Women's Rights in Development (AWID 2012) https://editorialexpress.com/cgi-bin/conference/download.cgi?db_name=IAFFE2011&paper_id=262
- Veja, por exemplo: Confronting the Contradictions: the IMF, Wage Bill Caps and the Case for Teachers, ActionAid 2007: <https://actionaid.org/publications/2007/confronting-contradictions>
- Veja, por exemplo: Changing Course: Alternative Approaches to Achieve the MDGs and Fight HIV&AIDS, ActionAid 2005 <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/Changing-Course-Alternative-Approaches-to-Achieve-the-Millennium-Development-Goals-and-Fight-HIV-AIDS.pdf>
- IMF. Public Information Notice #07/83: IMF Executive Board Discusses Operational Implications of Aid Inflows for IMF Advice and Program Design in Low-Income Countries. 19 July 2007. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/pn0783>
- ibid
- Who Cares for the Future: finance gender responsive public services. ActionAid April 2020 [Who Cares for the Future](#)
- The Pandemic and the Public Sector, ActionAid October 2020 [The Pandemic and the Public Sector](#)
- Global Austerity Alert., Ortiz and Cummings, April 2021 <https://policydialogue.org/files/publications/papers/Global-Austerity-Apert-Ortiz-Cummins-2021-final.pdf>
- Citação de Bhumika Muchhala *COVID-19 revela tudo: A crise econômica e de saúde entrelaçada exige respostas urgentes, reforma sistêmica e repensar ideologicamente a arquitetura financeira internacional*. Third World Network. Retrieved 3rd Sept 2021 from: <https://twn.my/title2/resurgence/2020/343-344/cover02.htm>
- State of the World's Nursing, WHO 2020 - <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331673/9789240003293-eng.pdf>
- State of the World's Nursing, WHO 2020 - page 10 <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331673/9789240003293-eng.pdf>
- UNESCO Institute of Statistics 2016 <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs39-the-world-needs-almost-69-million-new-teachers-to-reach-the-2030-education-goals-2016-en.pdf>
- Veja: Who Cares for the Future, ActionAid 2020, pages 3-30. [Quem se importa com o futuro](#)
- 500n organisations signed on a statement condemning the IMF's use of austerity in October 2020 https://www.eurodad.org/over_500_organisations_call_on_imf_to_stop_promoting_austerity_coronavirus
- Veja, por exemplo, a reunião dos Relatores Especiais da ONU que chamam 'Basta é Suficiente' em 2020 <https://www.gi-escr.org/latest-news/enough-is-enough-privatisation-and-public-services-a-well-attended-conversation-with-current-and-former-un-special-rapporteurs>
- Os Artigos IV são as avaliações anuais de "vigilância" das economias nacionais mandatadas pela Constituição do FMI. Estes relatórios publicados são amplamente consultados por investidores internacionais e outros governos como orientação para as suas próprias decisões de investimento e ajuda. O aconselhamento prestado nestes relatórios pode ter um poderoso efeito coercitivo.
- Estes 8 países são: Quênia, Libéria, Nigéria, Serra Leoa, Vietnã (conselho para cortar e/ou congelar durante 6 anos), Brasil, Senegal e Zimbábue (conselho para cortar e/ou congelar durante 5 anos)
- Esta análise não foi possível para o Senegal e o Vietnã, uma vez que os quadros orçamentários não incluíam atualizações consistentes da folha salarial do setor público em relação à qual comparar as orientações orçamentárias mais recentes.
- Política Fiscal e Desenvolvimento: Investimento Humano, Social e Físico para os ODS, FMI 2019 - <https://blogs.imf.org/2019/01/31/mind-the-gap-in-sdg-financing/>
- Os dados da Nigéria não eram confiáveis para serem incluídos na análise.
- Estes são: Bangladesh, Quênia, Libéria, Senegal e Zimbábue.
- Estes são: Gana, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda e Vietnã.
- Veja, por exemplo: IMF (2018). *Finance & Development (Vol 55 Issue 4: Dec 2018). Creating Fiscal Space. D Coady*. <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/022/0055/004/article-A007-en.xml> IMF (2016). *IMF Working Paper. Tax Capacity and Growth : Is there a Tipping Point?* (Dec 2016) <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Tax-Capacity-and-Growth-Is-there-a-Tipping-Point-44436>
- E são: Bangladesh, Gana, Libéria, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Vietnã e Zimbábue.
- Malawi, Nepal, Zâmbia e Brasil
- A menos, claro, que todos os aumentos de receitas sejam absorvidos pelo aumento do pagamento da dívida - o que não parece ser o caso - embora seja claramente necessário tomar outras medidas para resolver a crise da dívida em muitos países (ver caixa 19 no relatório principal).
- Ver caixa 16 no relatório principal com 8 medidas diferentes para expandir o espaço fiscal
- A única exceção é o Artigo IV do Zimbábue de 2019, que utiliza a comparação com outros países para mostrar progressos na redução da folha salarial. Mostra que a folha salarial do setor público caiu de uma média superior à da África Subsaariana em 2018 para uma média inferior em 2019.
- A média salarial das mulheres é de 86% dos salários dos homens no setor público, contra 76% dos salários dos homens no setor privado formal, <https://blogs.worldbank.org/governance/five-facts-about-gender-equality-public-sector>
- O FMI parece muito mais propenso a recorrer à sua organização irmã, o Banco Mundial, para obter dados e conselhos - onde uma ideologia partilhada significa que a informação fornecida está mais confortavelmente alinhada. Este parece ser um caso que pode ser chamado de vitória de confirmação estrutural.
- MF May 2021 Private Finance for Development <https://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2021/05/14/Private-Finance-for-Development-50157>
- WHO 2019 Financing for Universal Health Coverage: Dos and Don'ts HEALTH FINANCING GUIDANCE NOTE NO 9 <https://p4h.world/system/files/2019-09/WHO19-01%20health%20financing%20complete%20low%20res%200922.pdf>
- IMF 2015, Finance and Development March 2015. Vol 52, No.1 <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2015/03/jaumotte.htm> - also see IMF July 2015 'Inequality and Labour Market Institutions' <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1514.pdf>
- O aumento da responsabilização, transparência orçamentária e avaliação de impacto independente serão fundamentais nos casos em que são necessárias melhorias.
- Há uma literatura académica crescente a celebrar o papel dos burocratas. Por exemplo: Carmen Jacqueline Ho *'Bureaucrats with technical expertise - technocrats - can play a defining role, deploying international pressure to court executive support and orchestrate policy change.'* Benevolent Policies: Bureaucratic Politics and the International Dimensions of Social Policy Expansion Accepted on July 21, 2021 Forthcoming in the American Political Science Review https://www.carmenjacquelineho.com/uploads/6/9/4/1/69414019/carmen_jacqueline_ho_benevolent_policies_manuscript.pdf
- "Os serviços públicos também foram enfraquecidos após uma década de pressões orçamentárias em que a qualidade diminuiu, o pessoal ficou mais sobrecarregado, os edifícios foram mal mantidos e o equipamento vital ficou por comprar". How Fit were Public Services for Coronavirus? Insittue of Government, UK 2020
- Veja por exemplo EPSU Public Services and Adaptation to Climate Change https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/2_EPSU%20Public%20services%20and%20adaptation%20to%20climate%20change%20for%20reading.pdf
- Ver ICTD 2017 How Can Governments of Low Income Countries collect More Tax Revenue. <https://www.ictd.ac/publication/how-can-governments-of-low-income-countries-collect-more-tax-revenue/>
- Brasil, Quênia, Libéria, Malawi, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Vietnã e Zimbábue
- A ISP oferece uma visão útil dos diferentes setores da força de trabalho do setor público <https://publicservices.international/resources/page/detors?id=9416&lang=en>
- <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/06/13/pp060118howto-note-on-gender>
- <https://www.brettonwoodsproject.org/wp-content/uploads/2017/09/The-IMF-Gender-Equality-and-Expenditure-Policy-CESR-and-BWP-Sept-2017.pdf>
- <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>
- A abordagem da ActionAid aos Serviços Públicos Responsáveis em termos de Género é articulada aqui: [Estrutura dos Serviços Públicos Responsáveis por Género](#)
- Veja, por exemplo, Building Back Better: A call for Courage, October 2020 https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/5d208cd0-3108-4f87-ae26-4a8f5572a817_BBB_Publication_Online_1_.pdf
- Ver, por exemplo: the positive cycle for other SDGs generated by investment in the health workforce https://www.who.int/images/default-source/health-topics/health-workforce/hrh-sdg_infographic_jan2016.png?sfvrsn=6aa5577d_
- Ver ActionAid GRPS 2018 (REF)
- Como documentado pelo próprio departamento de pesquisa do FMI - Ostry, J. et al., 2016 *Neoliberalism: Oversold?*, IMF Finance & Development. June 2016, Volume 53, No. 2
- Ver, por exemplo, the concluding section of the Trade and Development Report 2021 *Towards a New Economic Settlement* https://unctad.org/system/files/official-document/tdr2021_en.pdf
- Veja os seus programas emblemáticos sobre melhor trabalho, pisos de protecção social, empregos para a paz e resiliência, etc. <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/how-the-ilo-works/flagships/lang--en/index.htm>
- Como DAWN's Spotlight Report 2020: Shifting Policies for Systemic Change <https://dawnnet.org/publication/spotlight-report-2020-shifting-policies-for-systemic-change/>
- <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/07/30/pr21235-imf-governors-approve-a-historic-us-650-billion-sdr-allocation-of-special-drawing-rights>

ActionAid is a global movement of people working together to achieve greater human rights for all and defeat poverty. We believe people in poverty have the power within them to create change for themselves, their families and communities. ActionAid is a catalyst for that change.

<http://actionforglobaljustice.actionaid.org>

International Registration number: 27264198

Website: www.actionaid.org
Telephone: +27 11 731 4500
Fax: +27 11 880 8082
Email: mailjhb@actionaid.org

ActionAid International Secretariat,
Postnet Suite 248, Private Bag X31, Saxonwold 2132,
Johannesburg, South Africa.

October 2021

ACKNOWLEDGMENTS

This report has been compiled and written by David Archer and Roos Saalbrink based on national research in ten countries coordinated and supported by Jo Walker, a desk based review by Emma Seery of 69 IMF documents from 15 countries, a literature review by Mariska Meurs, data crunching by Howard Reed, and documentation from frontline workers collated by PSI and EI.

Many thanks are due to ActionAid colleagues and their partners in different countries, including: Hoang Le Trang; Nguyen Hoang Bao Ngoc, Hoang Phuong Thao, Chu Thi Ha, Nguyen Thi Hoa, Dr Thangh, Emmanuel Ponte, Ana Paula Brandao, Renata Saavedra, Andressa Pellanda, Marina Deavelar, Vanessa Pipinis, Celestine Odo, Suwaiba Yakubu-Jubrin, Kenneth Okoineme, Adedeji Ademefun, Margaret Brew-Ward, John Nkaw, Prince Osei-Agyekum, Sumaila Rahman, Eric Osei-Assibey, Angelus Runji, Jovina Nawenzake, Karoli B. Kadegehe, Balozi Morwa, Zakaria Sambakhe, Nathaly Soumahoro,, Yandura Chipeta, Chikumbutso Ngosi, Assan Golowa, Clement Ndiwo Banda, Andrew Chikowore, Kundai H. Chikoko, Rumbidzayi Makoni, Aminata K. Lamin, Mohamed Fofana, Foday Swaray, Devendra Pratap Singh, Saroj Pokhrel, Sujeeta Mathema, Ana Alcalde, Anders Dahlbeck, Asmara Figue, Julie Juma, Maria Ron Balsera, Kate Carroll, Sara Almer, Tetet, Neelanjana Mukhia, Wangari Kinoti, Niranjali Amerasinghe, Arianna Kandell, Lila Caballero, Fatimah Kelleher and Megha Kashypap.

Thanks are also due to our external reviewers who gave valuable feedback: Caroline Othim, Chris Hope, Danny Bertossa, Emma Burgisser, Isabel Ortiz, Jennifer Ulrick, Jessica Woodruff, Jon Sward, Kate Donald, Katie Malouf, Leo Baunach, Maria Jose Romero, Matti Kohonen, Nabil Abdo, Nela Porobic Isakovic, Oceane Blavot, Rick Rowden, Sarah Hewitt, Sonia Languille, Steve Klees and Thomas Stubbs.

Many thanks also to our colleagues:

In Education International – Jennifer Ulrick, David Edwards, Haldis Holst, Antonia Wulff, Dennis Sinyolo, Louise Hoj Larsen, Cristina Banita and others.

In Public Services International – Danny Bertossa, Marcelo Netto, Leo Hyde, Gianluigi Lopes, Sani Baba, Kate Lappin and others.

DESIGN BY: www.nickpurserdesign.com

COVER PHOTO: Sarah chepkewmboi is a frontline nurse working in a new health centre in mokoyon parish in uganda where she grew up. When she was sick as a child her father would have to cycle with her for two hours to get to the nearest health centre. Extending health services to remote communities can transform lives.

PHOTO: ACTIONAID